

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 948, DE 2020

Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

### EMENDA DE PLENÁRIO Nº

*Acrescente-se o inciso III, ao artigo 3º da Medida Provisória nº 948, de 08 de abril de 2020, que passa a ter a seguinte redação:*

*Art 3º. (...)*

*III - casas e salões de festas e demais espaços para organização de festas e recepções, espaços para realização de conferências e similares, e espaços compartilhados de trabalho, na modalidade coworking.*

### JUSTIFICAÇÃO

O setor cultural foi um dos que mais teve suas atividades afetadas pela crise causada pelo novo coronavírus, já que se desenvolve em grande parte em sua relação com o público – o que está justificadamente vedado no momento, em face da grave ameaça à saúde dos brasileiros.

Recordamos que atividades culturais e/ou de entretenimento realizadas em espaços colaborativos compartilhados também foram seriamente afetadas pela crise causada pelo novo coronavírus, já que se desenvolvem, em grande parte, em sua relação com o público – o que está, justificadamente, vedado no momento, em face da grave ameaça à saúde dos brasileiros. As casas de festas e os espaços compartilhados de trabalho, conhecidos como coworking, também hospedam as referidas atividades culturais e/ou de entretenimento, uma vez que proporcionam aos clientes colaborativismo, redução de custo e *networking*. Nesse sentido, a inclusão dos referidos espaços no texto da medida provisória é medida eficaz para manter e estimular a atividade cultural naqueles empreendimentos, além de garantir o emprego de centenas de trabalhadores durante o estado de

calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Sala das Sessões,        de março de 2020.

Deputado MARCELO CALERO  
CIDADANIA/RJ

Documento eletrônico assinado por Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ), através do ponto SDR\_56313, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





## **Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20)** **(Do Sr. Marcelo Calero )**

Inclui as casas e salões de festas e demais espaços para organização de festas e recepções e os espaços compartilhados de trabalho, na modalidade coworking, nas hipóteses de não obrigatoriedade de reembolso de valores pagos pelo consumidor, previsto pela Medida Provisória 948/2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD206305383100, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ)
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Angela Amin (PP/SC)
- 4 Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) - LÍDER do CIDADANIA \*(p\_6524)
- 5 Dep. Tadeu Alencar (PSB/PE)
- 6 Dep. Carlos Sampaio (PSDB/SP) - LÍDER do PSDB
- 7 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 8 Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC) - LÍDER do PCdoB \*(p\_7253)
- 9 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT \*(p\_122859)
- 10 Dep. Fred Costa (PATRIOTA/MG) - LÍDER do PATRIOTA
- 11 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.